



SENADO FEDERAL
Senadora Mara Gabrilli

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 1542, de 2020)



SF/20942.32872-03

Acrescentem-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 1542, de 2020, os seguintes §§ 1º, 2º e 3º:

“**Art. 1º**

§ 1º Fica assegurado ao beneficiário e a seus dependentes a manutenção do plano privado de assistência à saúde a que estiver vinculado, pelo período mínimo de um ano, na hipótese de ter seu contrato de trabalho rescindido ou suspenso ou ser exonerado durante a emergência em saúde pública a que se refere o *caput* deste artigo.

§ 2ª No caso de suspensão do contrato de trabalho, cabe ao empregador a responsabilidade pela manutenção do pagamento do plano de saúde do empregado.

§ 3º No caso de demissão ou exoneração, o trabalhador deve arcar integralmente com as contraprestações pecuniárias de seu plano de saúde.”

JUSTIFICAÇÃO

Em nosso entendimento, pessoas que contribuíram por vários anos para os planos de saúde não podem ser, subitamente, privadas de seus direitos e da possibilidade de continuar contribuindo e fazendo jus aos benefícios correspondentes. Isso certamente sobrecarregaria ainda mais um Sistema Único de Saúde (SUS) que, em alguns estados, já dá sinais de colapso.

Nossa proposta, então, é que trabalhadores e servidores continuem a ter acesso a esses serviços, mesmo em casos de suspensão ou

rompimento dos contratos de trabalho ou vínculos administrativos. A ideia é que os empregadores ou contratadores arquem com os custos dos planos em caso de suspensão contratual, e que os empregados ou servidores possam manter a vigência de seus contratos, mediante pagamento integral dos prêmios, até um ano após o final da pandemia que, esperamos, ocorra o mais breve possível.

Sala das Sessões,

Senadora MARA GABRILLI



SF/20942.32872-03